



# Anais da Assembleia

N.º 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1976

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 233ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1976 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Accioly Neto.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49), achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin e David Federmann.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 239/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 374/76, Mensagem 109/76 do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o Município de NOVA LONDRINA objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade - Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 239/76.

Levanta-se a Sessão.

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 234ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin e David Federmann (40).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### OFÍCIO:

Sob o número 209/76, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sido VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei número: 65/76:

Do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, que visa conceder uma pensão mensal, na importância de um (01) salário mínimo à Sra. Tereza Soares, viúva do Sr. Honório Soares, vítima do cataclismo que se abateu sobre o Município de Francisco Alves - Bairro Catarinense. — À C.C.J.

### EMENDA:

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 114/76

As divisas constantes do art. 1.º do Projeto de Lei número 114/76, passa a ser a seguinte:

"Art. 1.º — .....

Distrito de São Jorge .....

.....

DISTRITO DE SÃO JOÃO: — Começa no Ribeirão São João, na Foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, sobe por este até sua nascente, de onde alcança a nascente do Córrego Fortuna, por este abaixo até sua foz no Rio Iporã, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego Noel, e por este acima até sua nascente, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego do Gavão, descendo por este até alcançar a estrada denominada Estrada da Divisa, seguindo daí rumo Leste até atingir o Ribeirão dos Porongos, pelo qual sobe até a foz do Ribeirão Saracuras e por este acima até o Córrego Piriquito, pelo qual sobe até a sua cabeceira na Estrada Mestre, seguindo por esta estrada até a cabeceira do Ribeirão São João e por este abaixo até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo, ponto de partida.

Distrito de Jardim Paredão .....

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(aa) Paulo Camargo, Jurandir Messias

Accioly Neto, Osvaldo Macedo

Lázaro Dumont, Basílio Zanusso.

#### JUSTIFICATIVA:

A área descrita no Projeto de Lei número 114/76, para o distrito de São João, abrange parte do território em litígio entre o município de Altônia e Pérola. Agora, com os novos limites descritos, fica sanada a incorreção e estabelecidos com precisão os limites de território do futuro Distrito Administrativo de São João, no município de Altônia.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de pauta para os projetos de Resolução números 246/76, 255/76, 264/76, 265/76, 266/76, 267/76, 269/76, 270/76, 272/76, 258/76.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, requer seja remetido ao Exmo. Sr. Ministro de Previdência Social, depois de aprovado pela Casa, veemente apelo no sentido de que seja prorrogado, convenientemente, o prazo estabelecido para os empregadores rurais, para o pagamento das cotas previstas na lei número 6160/75, e regulamentado pelo Decreto número 7.7514, de 29/1/76, uma vez que não houve a necessária ampla divulgação da matéria, tanto que a maioria dos interessados ignora por completo as novas exigências e que estas devem ser cumpridas até o dia 30 do corrente mês.

Trata-se de medida justa e oportuna, que permitirá que a numerosa classe rural se inteire dessas obrigações e possa cumprí-las em razo suficientemente dilatado.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, seja enviado voto de pesar à família do Sr. PEDRO FRANZOTTO, pelo seu falecimento ocorrido na cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Pedro Granzotto, foi um dos pioneiros da cidade de Francisco Beltrão; vindo do Rio Grande do Sul, sua vida naquela comunidade sempre caracterizou-se pela luta ao bem acima da coltividade beltronense.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 140/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, e respeitadas as cominações e o que prescreve o registro da Casa, propõe seja declarada de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO PEDRO, com sede em Curitiba, localidade de Umbará.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

##### (a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto prende-se à necessária atividade de uma entidade assistencial com a capacidade e honorabilidade desta que retro citamos, sempre com méritos a pessoas dedicadas que exercitam a sua missão com singular destaque a exemplo do Vigário da Paróquia, miciador desta obra.

Para esclarecer e cumprir normas legais, anexamos o Estatuto da entidade em pauta.

##### PROJETO DE LEI N.º 141/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Acrescente-se onde couber, dentro da codificação dos recursos ordinários destinados à área de Educação e Cultura — Ensino Superior, a verba de Cr\$ 2.150.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros), à Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), para cumprimento de programação que deverá ser apresentada dentro de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei (fls. 180, 201, e onde mais estiver especificada).

Art. 2.º — Suprima-se da verba anteriormente destinada à Paraná Radiodifusão - RADIPAR, a quantia de Cr\$ . . . 2.150.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros), prevista em valor maior sob os códigos . . . 3.500.13764472.787; 3500. 05221371.785 e 3.502 (fls. 322,323 e 427).

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

No início do mês de junho de 1975, foi aprovado por esta Casa, requerimento de nossa autoria, solicitando aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação e Cultura, fosse concedido auxílio financeiro à FECIVEL, para aquisição de livros, material técnico e laboratório, necessários ao aprimoramento do nível de ensino a que se propõe.

Todavia, naquela oportunidade, por entender que aquele educandário não oferecia condições legais para ser beneficiado, o auxílio não lhe foi deferido.

No correr do presente exercício a FECIVEL, foi registrada na Comissão Nacional do Serviço Social, estando apta, segundo a sua diretoria, a receber qualquer espécie de auxílios ou mesmo isenções, conforme já ocorre em relação a contribuições que seriam devidas ao INPS.

Manuseando o Projeto de Lei número 112/76, constatamos que entidades similares, tais como: as Fundações, representadas pelas Faculdades Estaduais de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Paranaguá, União da Vitória; Ciências Econômicas de Apucarana; Educação Física de Jacarezinho; Direito do Norte Pioneiro e Educação Musical do Paraná, foram aquinhoadas com recursos destinados a atender suas programações, conforme consta, em seus valores especificados, às fls. 180 e 201 da Mensagem 118/76.

É justo, portanto, que se inclua a FECIVEL entre os estabelecimentos de ensino de nível superior a serem contemplados e com verbas estaduais para sua manutenção.

Ademais, devemos ressaltar que Cascavel hoje se apresenta como um dos maiores centros catalizadores de um contingente de cultura elevado.

Não pode o Estado, portanto, deixar de reconhecer esse desenvolvimento, ativando a sua participação nesse processo de dinamização que a iniciativa privada vem imprimindo no Oeste paranaense, principalmente no setor da Educação, onde os pronunciamentos feitos recentemente em praça pública daquele próspero município pelos Srs. Ministro da Educação e Governador do Estado não podem deixar a menor dúvida de que o objetivo desta emenda é o mesmo a que se propuseram concretizar

em apoio prometido àquela esperançosa população.

Assim, nada mais justo do que se aprovar a inserção proposta, dando-lhes oportunidade de formalizar, em parte, o esperado prestígio.

Finalmente, a compensação da destinação das verbas a que se referem os itens I e II desta Emenda, farão com que não haja qualquer aumento de despesa, estando, portanto, essas alterações, de conformidade com o preceituado em nossa Carta Magna Estadual e Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No próximo dia 29 estará se realizando na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, a eleição para a composição do Conselho da Ordem para o biênio 77/78. Três chapas inscritas, e uma delas, a "Chapa 11 de agosto", lançou um manifesto que foi publicado ontem, pela "Gazeta do Povo", cujo manifesto quero transcrever nos Anais desta Assembléia, porque ele, no meu entender, retrata a posição que o advogado deve assumir hoje no Brasil, mormente quando o Congresso Nacional se prepara para discutir a reforma do Judiciário.

(Lê): "A Ordem dos Advogados do Brasil, pela sua natureza, ultrapassa os interesses imediatos de uma classe, revestindo sua ação, objetivos, finalidades, com o que de mais caro possa aspirar uma nação: o mérito da ordem jurídica, o primado do Direito sobre a força, a defesa das garantias individuais.

Nem poderá ser de outra forma. Abrigando em seus quadros os homens que têm o privilégio de lidar com as leis, a Ordem dos Advogados do Brasil, necessariamente, terá de se preocupar com vitalidade das instituições, indispensáveis à prática da Justiça e à vida do homem em sociedade.

Ninguém diverge mais entre colegas, no exercício do seu trabalho, que o advogado. É no órgão de classe, porém, que ele vai compor a unidade tão necessária para que sua profissão não seja turbada, amesquinhada, diminuída, nem sofra arranhões capazes de comprometer sua dignidade.

Conseqüentemente, da Ordem dos Advogados há de se exigir, prioritariamente, o trabalho constante, intransigente, pacífico, ordeiro, legal, em favor do restabelecimento do Estado de Direito, do restabelecimento das prerrogativas da magistratura, da devolução do "habeas corpus" e das liberdades públicas.

Ao mesmo tempo, a Ordem não poderá prescindir de sua função disciplinar saneadora do nome dos profissionais que abarca, assim como não admitirá sua subordinação a outras entidades seja públicas ou privadas.

No âmbito local, além das iniciativas e realizações que lhe são inerentes, deverá reivindicar a efetiva implantação do serviço de assistência judiciária em todo o Estado, e prosseguir na ampliação das sub-seções, para que a Ordem esteja presente em todos os quadrantes do Paraná.

Lutando por seus associados, defendendo-os, amparando-os, pronunciando-se sempre que estão em jogo as questões fundamentais da Lei, a Ordem dos Advogados do Brasil possui uma trajetória rutilante através de nossa história.

Pairando acima das ideologias, fugindo às seduções de eventuais detentores do poder, ela tem sido, em muitos momentos, a luz a brilhar no fim do túnel.

Este é o conceito que os componentes da Chapa "XI de Agosto" possuem sobre a Ordem dos Advogados. Nestas palavras estão consustanciadas as diretrizes para sua atuação, uma vez eleitos no próximo dia 29 do corrente e que, acreditam, traduzem as aspirações mais legítimas dos advogados paranaenses".

Sr. Presidente, faço questão de dizer de público que,

como advogado militante, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, votarei nesta chapa, não só porque contém o nome dos mais ilustres profissionais do direito no Estado, mas porque, com este manifesto, torna claro e evidente que hoje o advogado não pode, como profissional consciente, abrir mão destes princípios fundamentais que devem existir na sociedade organizada, sociedade que busca o estado de direito, sociedade que quer o primado do direito sobre a força e que, acima de tudo, quer a volta das garantias e prerrogativas indispensáveis à Magistratura.

No momento em que o Congresso Nacional se prepara para discutir a reforma do Judiciário, é necessário que haja nas seções da Ordem dos Advogados do Brasil, profissionais com a coragem de afirmarem e defenderem estes pontos que são essenciais para que realmente se tenha a discussão, em nível nacional, de uma reforma que atenda o Judiciário e não apenas os interesses do Governo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Estado, antes de outorgar o poder de chefia ao cidadão, deveria acima de tudo e para o fim de resguardar os direitos que a lei estabelece, submeter esse mesmo cidadão a um concurso de verificação de sua própria vocação e conhecimento para esse mister de dirigir.

Há por aí inúmeros diretores tripudiando sobre a lei e submetendo seus chefios a determinações ilegais, que, além de submetê-los a prejuízos de ordem econômica, causam-lhes revoltas naturais e de pleno direito.

O Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado diz textualmente em seu artigo 58, parágrafo primeiro: "O horário de trabalho normal estabelecido para todos os serviços estaduais ou para determinados órgãos, cargos ou funções, não poderá exceder de 40 horas semanais".

Como se vê, nenhuma chefia, nenhuma direção, nenhum departamento pode submeter o funcionário a período de trabalho diário superior a oito horas, sob pena de transgressão ao texto frio da lei que regula a espécie.

É bem verdade que a mesma lei estabelece em seu artigo 61, para o funcionário enquadrado no regime de tempo integral, o mínimo de 42 e meia horas de trabalho.

Mas, o que vamos denunciar, não se refere em absoluto ao que está acontecendo com o funcionário de regime de tempo integral, e sim, daqueles funcionários que encontram amparo no Art. 52 parágrafo primeiro do Estatuto dos Funcionários Públicos.

A Constituição do Estado, de 28 de fevereiro de 1970, a fim de resguardar o que estabelece o Estatuto do Funcionário Público, no tocante à quantidade de horas semanais estabelecidas para o trabalho, extinguiu, através de seu artigo 153, o expediente aos sábados, e quando funcionários são convocados para prestação de serviços naquele dia da semana, por medida de segurança, instrução e saúde, naturalmente ser-lhes-ão creditados descanso de igual tempo no período da semana.

Até há poucos dias, na Secretaria de Recursos Humanos, nada se tinha a comentar sobre a obediência à lei estatutária com referência ao tempo de trabalho semanal. Acontece porém, que nestes dias, foi procedida a troca de Diretor Geral de Serviços da Secretaria mencionada, assumiu aquele Departamento o Sr. NILSO BAZILO COLETO, que, não sei porque cargas d'água, resolveu o novo Diretor estabelecer além de medidas extras no setor de serviço, o aumento de meia hora diária, para todos os funcionários protegidos e amparados pelo artigo 53, parágrafo primeiro do Estatuto dos Funcionários Públicos, o que, naturalmente, não deixou de causar revolta aos funcionários daquela Secretaria, que, além de terem os seus vencimentos minguados, são submetidos a medidas impositórias que

ferem disposições legais.

A medida ilegal tomada pelo novo DIRETOR GERAL submete os funcionários a prestação de duas horas e meia de serviços semanais a mais do que o horário estabelecido em lei, sem qualquer remuneração extra, e segundo alguns funcionários, sem mesmo o direito de queixa, ou reclamação ao Diretor.

Pois, este, segundo se informa, não é muito dado ao relacionamento com o pessoal daquela Secretaria.

Aliás, o Decreto Governamental número 18.440, baixado em 10 de março de 1970, estabelece, em seu artigo primeiro, o seguinte:

**OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO CUJO EXPEDIENTE AOS SÁBADOS FOI EXTINTO, FACE O DISPOSO NO ARTIGO 153, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ADOTARÃO O HORÁRIO OFICIAL DAS 12 AS 18,30 HORAS, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.**

Segundo o que nos parece, não houve decreto outro que procedesse a modificação estabelecida pelo Decreto número 18.440.

Entretanto, é razoável a aplicação do regime de 8 horas diárias de trabalho, porque ela encontra amparo legal na lei estatutária do funcionário público.

O que não se pode permitir é o abuso de poder que vem cometendo o Sr. BASÍLIO COLETO, em aumentar, ao arrepió da lei, duas horas e meia de serviços semanais, aos funcionários daquela Secretaria.

Por isso mesmo, nesta oportunidade, submetemos à apreciação do Plenário, requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, encarecendo providências junto à Secretaria de Recursos Humanos, para que se obedeça o que estatui o artigo 53, parágrafo primeiro, do Estatuto dos Funcionários Públicos, responsabilizando o Diretor Geral, supra mencionado por haver abusado do cargo, submetendo os funcionários daquela Secretaria à expediente ilegal, prejudicial, e acima de tudo, destituído de qualquer amparo."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não existe regime que proporcione mais violência, mais intimidação, mais caminho aberto para a sobrevivência do que o regime que se retula, às vezes, de democracia e exerce a função de ditadura.

Não é somente o Poder Instituído que usa de força para instituir a violência e determinar a subserviência ao povo, mas aqueles beneficiados pelo Poder, por uma espécie de costume e de força, usam e abusam deste Poder, prejudicando aqueles que dependem, para a subsistência de suas famílias, do amparo deste Poder.

O Sr. BASÍLIO COLETO, ao iniciar a sua função de DIRETOR GERAL da Secretaria de Recursos Humanos, não tem tomado outra atitude senão a de "super poderoso".

Ele sobrepuja a sua função de DIRETOR à própria Lei; ele procura derrogar, com atos internos, as determinações legais e faz com que os funcionários daquela Secretaria trabalhem duas horas e meia a mais sem dar-lhes qualquer remuneração extraordinária sem dar-lhes o direito de reclamar.

Segundo alguns funcionários daquela Secretaria, o funcionário que fizer qualquer tipo de reclamação com relação a essa sua determinação caso não seja transferido, será demitido.

O que vimos, neste País, relativamente as eleições de 15 de novembro último é a expressão do regime de exceção, talvez, mais caracterizado da face da terra, onde vimos juizes eleitorais participando da campanha eleitoral em favor do Governo; onde vimos funcionários públicos de Secretarias servindo de cabos eleitorais; onde vimos a corrupção de toda a natureza funcionar nos quatro cantos do Paraná; onde vimos a impregnação do medo nas áreas do funcionalismo público onde vimos, como já denunciemos aqui, o DIRETOR DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO como numa aposta, como um apostador

dirigindo e recebendo a opção popular; lá estava alguém, como tem processo encaminhado à Justiça Eleitoral referente ao município de ITABARACÁ, junto às mesas, dando ao eleitor as cédulas do candidato que deveriam votar.

É o regime de exceção onde o Poder tem Poder para determinar, dirigir e agir até, criminosamente, onde o povo é tolhido de sua liberdade de reclamar pelas injustiças que recebe.

É o regime de exceção, o império do medo, da violência suprema, que impõe, mantém e determina que o povo cumpra ordens que ferem o sentimento e o objetivo da Lei.

É Sr. Presidente, Srs. Deputados, não simplesmente o prenúncio da violência, é a violência caracterizada, no instante em que apenas poucos homens têm coragem de denunciar.

E nós sabemos que esta faina, esta caminhada perniciososa que prejudica os interesses econômicos deste País, acima de tudo, talvez ainda tenha uma estrada longa que manterá por muito tempo a subserviência e o sacrifício da gente brasileira.

São pequenas e grandes coisas, são pequenos e grandes acontecimentos, que se registram.

Parece-me, que todo o mundo se ensurdece a estes acontecimentos.

Enquanto denunciemos fatos ocorridos nas eleições públicas de 15 de novembro temos que, no mesmo instante, denunciar o ato de transgressão e de violência de um diretor de serviço empossado, numa das mais importantes Secretarias do Estado, que é a Secretaria de Recursos Humanos.

Nós vamos continuar requerendo, Sr. Presidente, sabendo que os nossos requerimentos se perdem no vazio da Casa, que as nossas palavras ficam como eco permanente nas 4 paredes deste Parlamento.

Entretanto, o Cosmos há de guardar as nossas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que lhe é reservado, e lhe concede 15 minutos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

As nossas palavras deverão permanecer no Cosmos, e talvez as gerações futuras, através da tecnologia abundante que existe hoje na face da terra, possam encontrar as nossas denúncias formalizadas, por palavras manifestas de nossos sentimentos, de nosso íntimo.

Nós sabemos que a nossa guerra é uma guerra de pregação cívica contra a guerra do Poder, contra a guerra da força, contra a guerra dos detentores deste Poder; deste Poder que empobrece constantemente o Estado, a Nação.

Nós sabemos de tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos que nosso requerimento tem um valor extraordinário, que vamos apresentar.

Por pequeno que ele seja, ele fará parte deste requerimento.

E Deputados, representantes do futuro virão, haverão de significar que alguém, que por aqui passou, passou com sentimentos profundos de civismo, sabendo que não poderia alcançar a resolução do problema de cada um.

Mas, manifestou sempre este sentimento acusando aqueles que abusam do Poder para corromper a lei e escravizar a gente paranaense.— (LÊ):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista o abuso que vem cometendo o Senhor NILSO BASÍLIO COLETO, novo diretor geral da Secretaria de Recursos Humanos, com referência a imposição ilegal de aumento de duas horas e meia de serviços semanais, sem qualquer remuneração extra, aos funcionários daquela Secretaria amparados pelo ESTATUTO DOS

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**, requer providências urgentes do Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar soluções cabíveis e medidas saneadoras das injustiças que vem cometendo o novo DIRETOR GERAL de Serviços da SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS, impondo aos funcionários daquela Secretaria, aumento de tempo de trabalho sem qualquer amparo legal.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976''.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. que a minuta por mim apresentada fosse submetida à apreciação e posteriormente à Secretaria deste Parlamento procedesse o trabalho de datilografar esta minuta em 4 (quatro) vias, visto no meu Gabinete estarmos sem condições de, através de minha assessoria, produzirmos este serviço em data de hoje, eis que o excesso de trabalho, constante em meu Gabinete, não permitiu que esta minuta fosse transformada nas laudas necessárias para a apreciação da Mesa.

Peço a V. Exa., data vênha, que submeta à apreciação este meu requerimento, bem como o pronunciamento nele contido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha pretensão em vindo a esta tribuna, é para salientar dois pontos de alta relevância para a minha região:

1.- O aspecto da sua graciosidade, em todos os aspectos de ordem humana relativamente à sua cultura e ao seu desenvolvimento.

E, atendendo a essas projeções, manuseei um projeto de lei, que visa acrescentar onde couber, dentro da codificação dos recursos ordinários destinados à área da educação e cultura, uma verba de 2 milhões e 150 mil cruzeiros, à Fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras, de Cascavél — FECIVEL para cumprimento de programação que deverá ser apresentado dentro de 90 dias contados da apresentação da Lei.

2.- Suprima-se, da verba anteriormente destinada para a Rádio Difusão RADIPAR, a quantia de 2 milhões e 150 mil cruzeiros, prevista em valor maior sob os códigos 3 mil 500 (ponto) 13764471 (ponto) 787 — PT — 1 mil e 500 (ponto) 05221371 (ponto) 785, e 3 mil 502, relativamente às folhas 322, 323 e 427.

Justifico que, no início do mês de junho de 1975, foi aprovado por esta Casa o requerimento de nossa autoria, solicitando do Exmo. Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário da Educação e da Cultura, fosse concedido um auxílio financeiro à FECIVEL para a aquisição de livros material técnico e laboratório necessários ao aprimoramento do nível de ensino a que se propunha aquela Faculdade.

Todavia, naquela oportunidade, por entender que aquele educandário não oferecia condições legais para ser beneficiado, o auxílio não lhe foi conferido.

No decorrer do presente exercício, a FECIVEL foi registrada no CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, estando apta a receber auxílio, ou mesmo sanção, conforme já ocorre em relação às contribuições devidas, que seriam devidas ao INPS.

No Projeto 112/76 que trata do Orçamento consta que estas entidades similares como as Fundações representadas pelas Faculdades Estaduais de Filosofia, Ciências e Letras de GUARAPUAVA, CORNÉLIO PROCÓPIO, JACAREZINHO, PARANAGUÁ, UNIÃO DA VITÓRIA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DE APUCARANA, FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JACAREZINHO, DIREITO, DO NORTE PIONEIRO e EDUCAÇÃO MUSICAL DO PARANÁ foram aquinhoadas em recursos destinados a outras programações, conforme consta em seus valores especificados nas fls. 180 e 202 da Mensagem 118/76.

É justo, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados que se incluía a FECIVEL entre os estabelecimentos de ensino de nível superior a serem contempladas com verbas do Estado e para sua manutenção.

Ademais, devemos ressaltar que Cascavél, hoje, representa como sendo um dos maiores centros catalizadores de um dos maiores contingentes culturais do Estado do Paraná.

Não pode o Estado, portanto, deixar de reconhecer este desenvolvimento ativando a sua participação neste processo de dinamização que a iniciativa privada vem implantando no Oeste Paranaense, no setor de educação.

Entre os pronunciamentos feitos, recentemente, em praça pública daquele próspero município, o Ministro da Educação e o Governo do Estado não podem deixar a menor dúvida de que o objetivo desta emenda, deste projeto é o mesmo a que se propuseram conquistar o apoio prometido àquele esperançosa população.

Nada mais justo do que se aprovar esta proposição dando oportunidade de formalizar, em parte, o esperado prestígio e a compensação, a de destinação das verbas a que se referem os itens um e dois, farão com que não haja qualquer aumento de despesa, estando, portanto, nesta alteração, de conformidade com o que preceitua na Carta Estadual e no Regimento Interno desta Casa.

Saliento mais, que aquela Faculdade possui agora, mais 2 cursos, 3 cursos que foram criados e já iniciaram as aulas, recentemente, e é necessário que o Governo do Estado, através de recursos orçamentários, poupe o esforço e iniciativa privada que têm sido esquecidos na minha região, sobretudo, no setor educacional.

É lamentável, que o Governo do Estado que monta um aparato em toda a região, gasta dois bilhões de cruzeiros, inclusive, com a ida do Presidente da República, em Cascavél, que, segundo informações, dispendeu cerca de dois bilhões de cruzeiros antigos para recepção do mais alto magistrado da Nação e não possa dar àquela população uma quantia igual a que foi dispendida nas pré-datas das eleições passadas.

É um apelo que faço de consciência e co-responsabilidade, a todos os Parlamentares que têm assunto nesta Casa para que, proporcionando, também, a integração da educação e cultura do Paraná, conceda mais, sob o ponto de vista da razão, a concessão desta modificação no Orçamento para beneficiar, uma das populações mais carentes de cultura e que tem feito, agora, um grande desenvolvimento no Paraná, mesmo à revelia e esquecimento do Governo do Estado e todas as autoridades de nível superior.

Muito obrigado.

Eu encaminho à Mesa, a proposição. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa consulta a liderança do MDB se usará da palavra.

O SR. OSVALDO MACEDO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado, consulto a Liderança da ARENA. (PAUSA). Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Fidelcino Tolentino, constante do expediente, devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei número 114/76, de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, devidamente apoiado, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 118/76, de proposta Orçamentária em que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1977. — Parecer favorável da C.O., por unanimidade.

Sobre este projeto existem dois requerimentos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, no seguinte teor: (LÉ)

“O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, vem requerer, na forma regimental, na votação do Orçamento Geral do Estado, destaque para a matéria a seguir indicada (pág. 327 do respectivo Projeto):

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Interior.

UNIDADE: Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas — Código 3502.

CÓDIGO: 3592.05221371.789

ENUNCIADO PROGRAMÁTICO: Integralização do Capital da Paraná Radiodifusão.

PROJETO: 3.000.000

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.”

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. — APROVADO.

Será votado com destaque esta rubrica.

Requerimento infra assinado, no uso de suas atribuições, requer destaque na votação do Projeto de Lei número 112/76, na parte a seguir indicada:

Governo do Estado — Secretaria de Estado dos Transportes 3700.168855312.851 — Programação a cargo do Departamento de Estrada de Rodagem — Transporte Ferroviário 105.230.000

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.”

A Mesa consulta o Sr. Deputado DENI SCHWARTZ se ele pode localizar a página.

O SR. DENI SCHWARTZ — Página 334.

O SR. PRESIDENTE — Página 334. Em votação o pedido de destaque.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, para discutir.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para uma consulta, Sr. Presidente.

Se o requerimento que pede destaque para a votação, da matéria, altera o valor da dotação orçamentária ou se pretende coordenar a distribuição das consignações ou sub-consignações da rubrica desta dotação.

O SR. PRESIDENTE — Não.

Evidentemente que o Orçamento nesta altura não pode ser aprovada ou não ser aprovada uma certa dotação, dentro de uma dotação geral que não será alterada, evidentemente.

O SR. IVO THOMAZONI — A questão de ordem, Sr. Presidente é a seguinte. O Deputado que está a dirigir-se à Presidência, não ouviu ou não entendeu se o eminente Deputado Deni Schwartz pretende suprimir determinada consignação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência só sabe que o Deputado pediu destaque para a votação. Os Srs. Deputados que aprovam o pedido de destaque queiram conservar-se

como estão — APROVADO.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente. Consulta à Mesa: se é possível, oralmente, requerer mais um destaque.

O SR. PRESIDENTE — Pode. É previsto inclusive o assunto dentro do Regimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu queria que houvesse destaque para o Código 3700.16080351.853.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. poderia repetir?

O SR. DENI SCHWARTZ — Código 3700.16080351.853.

Participação na Constituição de capital de empresa pública de sociedade de economia mista. — Página 334.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Deputado Deni Schwartz.

Os Deputados que aprovam o destaque, queiram permanecer como estão. — APROVADO.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, solicitaria destaque também para a verba da administração geral da SUCEPAR, prevista na página 385. O código é 3600.03070212.810 Dezessete milhões, 360 mil.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de destaque do Deputado Fidelcino Tolentino. APROVADO.

A Mesa coloca inicialmente em votação os destaques aprovados e, posteriormente, o Orçamento em globo.

Página 327: Código 3502.05221371.789, integralização do capital da Paraná Rádio-difusão.

Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, inicialmente gostaríamos de fazer uma indagação ao ilustre líder do Governo Deputado Ivo Thomazoni, quanto ao destino da dotação da matéria cujo programa possa ou venha a ser recusado.

A Constituição Federal em seu artigo 61, parágrafo primeiro, letra A, diz:

“é vedada:

a) a transposição, sem prévia autorização legal, de recursos de uma dotação orçamentária para outra”.

Conseqüentemente, se uma dotação orçamentária ficar sem sua parte programática, ao Poder Executivo caberá, unicamente, pedir a sua transposição, ou para reserva de contingência - segundo se observa no Artigo 91, do Decreto Lei número 200; ou para ser englobado como crédito suplementar, o que é apostado no Artigo 42, da Lei 4320.

Neste caso, usando como crédito suplementar, o Governo não teria necessidade de aumentar o global do próprio Orçamento.

Isso, se ocorrer que uma matéria fixe sua parte programática.

Porque, é perfeitamente admissível, no Direito Tributário, que o Orçamento, nesta altura de votação, tenha a sua parte programática discutida e reprovada.

No caso em votação, a votação da integralização da Paraná Radiodifusão S.A., o enunciado programático diz o seguinte:

“participação do Estado na Paraná Radiodifusão S.A., que tem por objetivo:

promover a instalação da rede oficial da comunicação e rádio difusão;

proceder a implantação de 15 estações retransmissoras; melhoria e exploração de serviços à rádio, som e imagem do Estado;

explorar os serviços que venham a integrar a rede oficial da TV Educativa, em cujo programa de trabalho, para o exercí-



cio, consta de: prosseguir com a implantação da rede oficial de rádio e televisão do Estado, de modo a permitir sua posterior exploração, para, futuramente, no que se refere à TV Educativa; instalação da rede oficial de Telex do Estado, visando sua consequente exploração e execução de serviços administrativos e similares, que concorram para atingimento dos fins propostos".

E entre os fins propostos, se encontra a Educação.

E não nos parece que dizendo isso, simplesmente, com base em fatos que tenho, verificados ainda há pouco, nas eleições feridas neste Estado.

Mas, já tivemos oportunidade de, em algumas palestras que proferimos, ressaltar que o Governo, principalmente na esfera federal, e o Governo da esfera federal quase que, automaticamente seguido pelos governos estaduais, tem falhado no ponto de educação política do povo brasileiro.

A começar por certos programas que ensina, através de rádio, e que se ensina de modo avesso, o sentido de um regime democrático, incutindo-se na cabeça daqueles que não estão preparados, que estão, de boa fé, ouvindo esses programas, erradamente, o que seja Democracia, o que seja Direito, o que seja Lei.

Por isso, acumulando fatos mais recentes, entendemos que uma matéria nesse sentido deva ser elaborada, através, ou por meio de um projeto de lei especial.

A começar pelos exemplos que temos sentido de coação, em que mesmo fora de períodos eletivos, certas emissoras de rádio de nosso Estado têm recebido das autoridades federais. Sabemos que hoje essas emissoras funcionam em caráter precário e que qualquer deslize ou qualquer desagrado à autoridade federal, o concessionário acaba ficando sem a emissora ou sofre as consequências de seus atos que, muitas vezes, podem, realmente ferir a Lei que regula a matéria.

No entanto, não nos parece que seja, naquilo que está ao alcance do Poder Legislativo, de se conceder uma porta aberta ao Poder Executivo para usar e dispor de seu agrado das dotações orçamentárias para a implantação de estações de rádio e televisão que são usadas, hoje, discricionariamente em nosso País, como discricionariamente se praticaram atos até em relação ao Poder Legislativo neste mês que passou e que constituem assuntos que serão abordados oportunamente desta tribuna.

Por isto, em nosso entendimento, haverá de se garantir apenas uma coisa no disciplinamento desta matéria que está mais ao alcance do Poder Legislativo Federal do que do Poder Legislativo Estadual, que é a equidade e, principalmente, a fidelidade ao regime democrático, aos seus princípios de direito que não estão sendo observados, com relação ao rádio e a televisão, pelo Governo da Nação.

Falamos com relação à bancada da Oposição e de nossa parte não pode haver omissão a respeito. Entendemos que deve ser ampliada a rede de telecomunicação e de Rádio-difusão do Estado no sentido de se ampliar os meios de educação, de se levar educação e cultura ao povo, mas não deseducar e despolitizar o povo como está acontecendo em nosso País.

Como consequência um projeto desta natureza deverá ser minuciosamente analisado pelo Poder Legislativo. Por esta razão, são dois os objetivos que nos aaminam com relação à matéria. Primeiramente que ela se constitua em projeto de lei em separado e que embora já que sua iniciativa neste projeto venha elaborado em nova Mensagem do Governo para que não se criem complicações com relação à interpretação do Regimento Interno da Casa.

Por isto o nosso voto pela rejeição da matéria, no enunciado programático deste programa, não quer dizer que sejamos contrários a que se estabeleça em nosso Estado os objetivos que, de um modo geral, estão assentados no projeto, mas que estes objetivos sejam claramente definidos para que não possam servir amanhã para uso discricionário e despolitizante de nosso

povo, consequentemente para uso antipatriótico.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra para encaminhar, nobre Deputado, a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Mais do que no encaminhamento da votação, pretendo, Sr. Presidente, levantar uma Questão de Ordem.

Sr. Presidente, o Regimento Interno dá, nos artigos 179 a 188, robustecida pela Resolução número 17/67, e observando o que dispõe a Constituição Estadual, normas de tramitação da Mensagem da Lei dos Meios.

E, com sinceridade, Sr. Presidente, verifico no Regimento Interno, na Resolução número 17/67, e na Constituição do Estado, que a pretensão dos eminentes Deputados Muggiati Filho Deni Schwartz e Fidelcino Tolentino, não têm amparo regimental a solicitação e o requerimento de destaque, pretendendo rejeitar disposição contida no anteprojeto de Lei, que fixa a receita e a despesa para o Exercício de 1977.

Quer me parecer, Sr. Presidente, que a simples rejeição de uma consignação, ou sub-consignação de determinada dotação orçamentária, abre, Sr. Presidente, uma figura estranha na Lei que pretende disciplinar a despesa orçamentária.

Não vejo, Sr. Presidente, regimentalmente, como pretendem os eminentes e ilustrados Srs. Deputados do MDB, validarem as suas pretensões. Porque, pela Resolução 17/67, Sr. Presidente, para não ler todos os seus artigos e parágrafos, faço menção, Sr. Presidente, ao artigo 7.º que determina que a decisão da Comissão sobre as emendas, se apresentadas, é final, a menos que um terço dos membros da Assembléia Legislativa requeiram, por escrito, ao Presidente, a votação em Plenário, sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

E no parágrafo único do artigo 8.º, disciplina que, recebida a Mensagem, o Presidente da Assembléia Legislativa, acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o Relator, prazos especiais para a publicação, apresentação de emendas, elaboração de pareceres e pronunciamentos da Comissão de Orçamento a respeito da ratificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Artigo 9.º Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicar o parecer sobre o projeto, e emenda, observando o interstício de 48 horas será o projeto incluído na Ordem do Dia para primeira votação, que já se verificou.

Parágrafo único — Votado o Projeto em primeira discussão, rejeitado ou respeitado o interstício de 48 horas, será ele colocado em segunda discussão, na qual serão também apreciadas emendas objeto do requerimento de que trata o artigo 250.

E o artigo 250, Sr. Presidente, faz referências tão somente às emendas apresentadas na Comissão de Orçamento, objetos de deliberação daquela douta Comissão, e o pedido de destaque deve ser formalizado portanto, tão somente para emendas aprovadas ou rejeitadas, nunca, Sr. Presidente, para determinada consignação orçamentária que, se rejeitada, abre, como disse no início, uma figura estranha, quando se pretende no Orçamento, disciplinar a aplicação de determinada dotação orçamentária.

E no artigo 10. (Lê):

"Concluída a segunda votação, projeto e emenda aprovados, serão devolvidos à Comissão, que o redigirá no prazo de 5 dias, de acordo com o ponto de vista vencedor, para a terceira e última votação".

Não vejo portanto, Sr. Presidente, no Regimento, na Resolução, na Constituição, procedência, muito embora de justiça, à pretensão dos eminentes Deputados do MDB, que solicitam

destaque para a votação de determinada matéria inserida no Anteprojeto de Lei Orçamentário que, se rejeitado abre a perspectiva de que as consignações não fechem no seu total, com o valor da dotação orçamentária, quer me parecer, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Questão de Ordem) Sr. Presidente o nobre Líder da ARENA levantou uma questão; como Questão de Ordem, regimentalmente, eu não posso apartear-lo, mas em Questão de Ordem eu quero me reservar o direito de dizer a S. Exa. que não há alteração no global do Orçamento. Não se altera por exemplo, a verba de 3 milhões para a Paraná Radiodifusão. Continuarão no Orçamento como 3 milhões, para a Paraná Radiodifusão. O destaque não é emenda.

Agora, se posteriormente — vamos admitir — a matéria seja rejeitada, somente aí surgiria o problema, se posteriormente não devolver o projeto de lei aprovado para usar os 3 milhões de cruzeiros com a Lei da Constituição Federal, com o próprio Decreto-Lei 200, o Governador simplesmente pede a transposição destes 3 milhões, para a reserva de contingência, que ele poderá usar depois, ou, simplesmente, para crédito suplementar do Orçamento. Não há outro sentido em tudo isto.

Eu também invoco o Regimento, a nosso favor: não há uma palavra do Regimento que proíba este requerimento ou que diga o contrário. E, no nosso País, nada se faz senão em função da Lei.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, continuando na minha questão de ordem, não vi o eminente Deputado Muggiati Filho citar dispositivo do Regimento Interno que dê validade à votação em destaque, como pretende. Solicitado, nem sequer, Sr. Presidente, respeitado o quorum de um terço de subscrições que, ligeiramente, o Regimento Interno exige que para validar qualquer pensamento desta natureza, seja respeitado.

Portanto, Sr. Presidente, levanto a questão de ordem, não entro no mérito da matéria. Quero crer que o Poder Executivo, se rejeitada a inclusão da distribuição de recursos para constituição de capital, para a a Paraná Radiodifusão, se possa, eventualmente, no interesse da administração, através de Lei Ordinária, destinar-se esses recursos, fazendo menção à dotação orçamentária existente, porque esta, fatalmente, permanecerá inalterada; porquanto nós, Poder Legislativo, não podemos alterar os valores das dotações orçamentárias.

Era Sr. Presidente, a observação que desejava fazer.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — A ordem é do Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu deixo a tribuna, Sr. Presidente, confiando que o alto espírito de justiça e esportivo de V. Exa., nos indique o caminho mais correto para votação da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. com a palavra.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, como não havia nenhuma oportunidade de aparte ao Deputado Ivo Thomazoni, solicitei questão de ordem para esclarecer que não ficará rejeitada; a dotação permanecerá; o que se discutirá será a programação e em decisão, o encaminhamento de procedimento regimental especial.

Portanto, a preocupação e cuidado do Deputado Ivo Thomazoni é desnecessário. Apenas para esclarecer à Mesa, que o Orçamento permanecerá íntegro e a verba permanecerá à disposição no próprio Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa decide e diz o seguinte: Inclusive, a questão de ordem do Deputado Ivo Thomazoni, procede.

Mas a Mesa vai suspender a sessão por 5 minutos e pede, convoca os Srs. Líderes de bancadas para que, juntamente, com a Mesa, decidam a questão.

— (É suspensa a sessão por 5 minutos).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está reaberta a sessão.

Em votação o que está destacado pelo requerimento do Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Com a palavra o eminente Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas queria, Sr. Presidente, em resposta à interpelação do eminente Líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que o meu requerimento tem amparo, expressamente, no artigo 134, parágrafo segundo, inciso quinto, que diz: "Destaque de emenda aprovada ou da parte de proposição para constituir projeto em separado".

Por consequência, Sr. Presidente, o pedido de destaque não é emenda, e no caso não está sendo usada também como emenda. Mas se estivesse sendo usada como emenda, vamos admitir que houvesse intenção de usar como emenda, ele estaria amparado pelo Regimento Interno. Mas não está sendo usado. Não há segunda intenção nisso, porque ele não está suprimindo o fundamental do Orçamento, que no caso é a previsão da despesa. A previsão da despesa continua. Apenas o programa é que nós não estamos aceitando. Consequentemente o pedido de destaque não suprime e nem rejeita.

Ele transforma apenas a proposição numa outra. É um pedido de transformação, que se pode dizer, não é emenda supressiva.

Mas vamos admitir que fosse entendido como emenda supressiva, o Regimento Interno também admite, em segunda discussão, ou prevê para segunda discussão a votação por artigos de toda a matéria.

Nós temos seguido, na praxe, de que na ausência de requerimento a votação se faça global dos projetos de lei porque a Casa se confessa tacitamente conhecedora da matéria. Então é dispensada essa parte do Regimento Interno, esse mandamento do Regimento Interno. Porém, também na discussão, na votação por artigos poderia ser rejeitada a matéria, mesmo sem emenda, mesmo sem pedido de destaque. Seria uma simples rejeição de um dos artigos de uma matéria constante do projeto de lei.

Era o que eu queria acentuar, Sr. Presidente, em resposta à interpelação do eminente Líder do Governo, porque não há segunda intenção nisso. Nunca pleiteamos, nunca propusemos nada nesta Casa com segunda intenção e não me consta que também alguém tenha feito isso também nesta Casa.

O que nos anima foi justificado da tribuna. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa já decidiu e manteve o destaque para a votação das proposições.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está com a palavra V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Tão somente para que se consigne a preocupação deste Deputado. Primeiro, Sr. Presidente, para invocar o artigo 184, do Regimento Interno. O artigo 184, Sr. Presidente, determina que votado o projeto orçamentário com as emendas, em segunda discussão, a qual será feita por artigos, voltará à Comissão a fim de redigir no prazo de cinco dias para terceira discussão.

Sr. Presidente, antes de comentar o que dispõe o artigo 184 do Regimento Interno, quero fazer menção ao parágrafo segundo do artigo 35 da Constituição do Estado do Paraná. "Os Projetos de Lei referidos neste artigo somente receberão emendas nas Comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se um terço dos membros da Assembléia requererem a votação em Plenário, de emenda aprovada ou rejeitada".



Sr. Presidente. a minha preocupação divide-se em duas partes. Primeiro, com respeito ao artigo 184, do Regimento Interno, significa dizer: A Assembléia Legislativa do Estado perdeu o prazo para a votação da Lei Orçamentária, em terceira discussão, como exige o Orçamento do Estado. Não há, portanto, da parte da liderança da ARENA, nenhuma objeção a que V. Exa. permita os destaques solicitados.

Embora a Oposição pretenda afirmar que não é emenda, de emenda porque ou ela modifica ou altera, ou suprime e esta é uma emensa supressiva. Votada a emenda, aprovada, portanto rejeitando o que se insere no capítulo das despesas da Secretaria do Interior, fatalmente o projeto terá que regimentalmente voltar para a Comissão para, num prazo de cinco dias, receber parecer final.

Sr. Presidente, não preciso conceituar o que se entende por emenda, mas quero me reportar ao parágrafo segundo do artigo 35 da Constituição do Estado para que, se no futuro se vier a questionar sobre a validade do comportamento deste Plenário, nesta tarde, durante esta sessão, nesta votação, tenhamos registrada a nossa preocupação.

E o faço respaldado pela Constituição e pelo Regimento.

Era a observação que queria fazer, mesmo porque entendo que o Governador do Estado no dia 30 deste mês sancionará o Anteprojeto de Lei que capeou a Mensagem Governamental que veio para cá e que, em tempo hábil, não mereceu o pronunciamento deste Poder.

Era a observação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, a questão dos destaques já foi aprovada?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa manteve a decisão dos destaques.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, gostaria de dirigir — e o faço — um requerimento à Mesa, no sentido de que a parte inicial do Orçamento seja colocada em votação, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Isto não é previsto pela Resolução número 17/67.

Estava previsto nos artigos 184, 185 e seguintes. Entretanto, foi suprimida esta votação, artigo por artigo. A Resolução número 17/67 não repetiu o que dizia o artigo 184, revogado por aquela disposição.

A votação é feita em globo. O que a mesa fez, por liberalidade, foi dar destaque a alguns pontos.

O SR. ENÉAS FARIA — O que derogou disposições anteriores é resolução?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A forma de votação do Orçamento foi modificada.

Através da Resolução número 17/67, que terminou com a votação, artigo por artigo, mandou-se fazer a votação global.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, por uma gentileza da Liderança da Arena, acabo de receber a Resolução 17/67.

Efetivamente, não dispõe esta resolução sobre a obrigatoriedade ou não da votação global. Apenas omite o que anteriormente se havia decidido.

Parece-me que fica a questão em aberto, no caso de que se deva ou não proceder a votação, artigo por artigo.

A Resolução número 17/67, não impõe nem obriga que seja global ou artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa aceita o requerimento de V. Exa., pedindo votação de artigo por artigo, se o mesmo for aprovado pelo Plenário.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria — APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

— (É feita a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam, 13 rejeitam. — Aprovado o requerimento.

Em votação o artigo 1.o — Aprovado.

Em votação o artigo 2.o — Aprovado.

Em votação o artigo 3.o — Aprovado.

Em votação o artigo 4.o — Aprovado.

Em votação o artigo 5.o — Aprovado.

Em votação o Artigo 6.o — Aprovado.

Em votação o artigo 7.o — Aprovado.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação.)

13 Srs. Deputados aprovam o artigo 7.o, 18 rejeitam. Rejeitado.

Em votação o artigo 8.o — Aprovado.

Em votação o artigo 9.o — Aprovado.

Em votação o artigo 10 — Aprovado.

Em votação o artigo 11 — aprovado.

Em votação o artigo 12. — Aprovado.

Em votação o artigo 13. — Aprovado.

Nestas condições, está aprovado o Orçamento do Estado, com exceção do art. 7.o

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para consignar em Ata o fato de que o contido no art. 7.o do Projeto de Orçamento do Estado do Paraná, está devidamente respaldado no que preceitua o art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1974.

Quanto à validade do que pediu o Poder Executivo, com base na Lei Federal 4320, nós da bancada da Aliança Renovadora Nacional, nos reservamos o direito de gestionar quanto à necessidade da inclusão desta referência como norma e técnica de elaboração orçamentária que não poderia fugir à regra.

Era o registro que desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, há três requerimentos ou dois de destaque que V. Exa. não colocou em votação. Solicitaria que fosse colocada em votação a matéria para não perder a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Já serão colocados em votação.

Em votação o destaque pedido pelo Deputado Muggiati Filho referente ao Código 3502.05221371.789. — Aprovado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Foi o destaque aprovado por unanimidade.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, regimentalmente, solicito que seja feita a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Foi mantido o que está na Mensagem.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, mesmo assim desejo que V. Exa. determine a verificação de votação e posteriormente é meu desejo que seja feita a chamada nominal para a constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa está chamando a atenção do nobre Deputado para o fato de que o destaque foi aprovado por unanimidade.

Em votação o Código 3502.05221371.789. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. — Rejeitado.

O SR. IVO THOMAZONI — Volto a requerer de V. Exa. que faça uma verificação de votação. Com posterior chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Se houver falha de número. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

11 Deputados aprovam e 19 rejeitam. — Rejeitado o Código 3502.05221371.789.

O SR. IVO THOMAZONI — Estou de posse, Sr. Presidente, da lista de presença dos Srs. Deputados. E verifico que, da

presença constatada dos Srs. Deputados da Casa, há ausência de alguns Srs. Deputados no Plenário. Por esta razão, requeri da Mesa, a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação da presença destes Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — 40 Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o destaque concedido ao requerimento do Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Programa Código 3700168855312.552.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em vez anterior já viemos a esta tribuna para dizer e afirmar que, infelizmente, os técnicos em Orçamento, no Estado do Paraná, continuam a apresentar a esta Assembléia, não um Orçamento, mas uma lista de intenções do Sr. Governador. E, nestas condições, a primeira reação deste Deputado era votar totalmente contra, porque não consideramos, na verdade, este projeto de lei como um Orçamento. Foge totalmente ao padrão orçamentário vigente nesta Pátria, foge inclusive à Lei que regulamentava, que regula as Leis Orçamentárias.

Em razão disto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que a nossa intenção inicial era votarmos contra todo o projeto de lei. Não o fizemos e pedimos destaque para dois tópicos que julgamos importante discutirmos nesta Casa.

Vejam os Srs. Deputados que, na página 334, nós temos como que camuflada, na programação a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem — Estradas de Rodagem — uma verba de 150 milhões e 230 mil, para transporte ferroviário. Esse transporte ferroviário é que nos deixou a matutar — onde será aplicado? Porque na justificativa, à página 337, não existe nada que se relacione com ferrovia — nem projeto, nem intenção. Portanto, pedimos aos Srs. Deputados para que, na mesma forma da rejeição da verba para aumento de capital à Paraná Rádio-difusão, votem contrariamente a este tópico do nosso Orçamento. Transporte ferroviário, acreditamos, deva ser para pagar — estamos supondo ainda — a famigerada Central do Paraná e que, infelizmente, neste projeto de lei foi simplesmente esquecida. O Paraná mais uma vez foi marginalizado. Esta estrada foi entregue ao Governo Federal e nós não sabemos nem se os trens estão andando sobre aquelas linhas, nós não sabemos se economicamente está sendo rentável. E principalmente, Sr. Presidente, contrariando todos os atos legislativos e do Executivo de anos anteriores. Nós não sabemos também se esta estrada está, o Governo Federal, a ressarcir o Governo Estadual, conforme justificativa dada quando do projeto de lei enviado a esta Casa no final do ano passado, em que o Sr. Governador solicitava autorização para passar o acervo desta ferrovia ao Governo Federal. Não sabemos se o Governo Federal está a nos ressarcir, pelo contrário, estamos ainda para conceder, provavelmente, a esta ferrovia, mais 105 mil e 230 cruzeiros.

Eu peço aos Srs. Deputados que, neste Código, votemos contrariamente à mesma maneira como procedemos com relação à Paraná Radiodifusão.

O outro destaque solicitado por este Deputado, onde se refere, à página 334, a participação na constituição de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Vejam que, por esta especificação, Srs. Deputados, demonstra-se claramente que nada mais é este projeto de lei, do que uma lista de intenções, porque o Governo pede 130 mil cruzeiros para participar da constituição de uma empresa que ele não sabe se será uma empresa pública ou sociedade de economia mista. Por isso, Srs. Deputados, eu acredito que não há

uma definição, principalmente porque não existe companhia ou tal sociedade e, portanto, nós estaríamos dando dinheiro a uma empresa ou a uma sociedade inexistente e que para ter sua existência legal terá que passar por esta Casa e na hipótese da rejeição de um projeto de lei que, por ventura venha a esta Casa no ano que vem, esta verba ficaria bloqueada.

Por isso, Srs. Deputados, que solicito que também neste código, votemos contrariamente à mesma maneira do anterior. Era a justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o código 3700168855312.851. Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. OSVALDO MACEDO — Questão de ordem. Será posto em votação o destaque?

O SR. PRESIDENTE — O destaque já foi aprovado há muito tempo.

Em votação a matéria. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, queiram permanecer como estão. — Rejeitada.

O SR. IVO THOMAZONI — Solicito a V. Exa. que seja procedida a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam a dotação do código 3700168855312.851, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). Vinte e quatro Srs. Deputados rejeitam e doze aprovam. — Rejeitado.

Destaques requerido pelo Deputado Deni Schwartz do Código 370016080351.853, participação na constituição de capital de empresa pública ou sociedade de economia mista, 130 mil cruzeiros.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, queiram conservar-se como estão. — Rejeitada.

Destaques concedido ao requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, código 360008070212.810. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, queiram conservar-se como estão. — Rejeitado.

O Projeto Orçamentário será enviado à Comissão de Orçamento, que terá cinco dias para devolver à Mesa.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está V. Exa. com a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas, Sr. Presidente, para conhecer das razões que levam a Mesa a adotar este procedimento, de fazer com que o projeto retorne à Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — É obrigatório. Ela deverá voltar à Comissão de Orçamento. Vou ler a V. Exa. o artigo 10, da Resolução número 17/67. "Concluída a segunda discussão, projeto e emendas aprovadas serão devolvidos à Comissão que o redigirá no prazo de cinco dias, de acordo com o ponto de vista vencedor para terceira e última votação".

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, data vênha estranho esse procedimento, porque...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. está estranhando o que?

O SR. ENÉAS FARIA — O procedimento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — O procedimento da Mesa por quê?

O SR. ENÉAS FARIA — Se V. Exa. me permitir eu vou explicar

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Pode. V. Exa. pode explicar.

O SR. ENÉAS FARIA — O porquê de V. Exa. deve ser respondido agora e aqui, e com toda a ênfase.

Não vejo, Sr. Presidente, aonde se tenha aprovado emendas. Não vejo baseado em que, fundamentado em que, baseado em que a Mesa deva se socorrer desse dispositivo da Resolução 17/67, para fazer com que o projeto retorne à Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa não está se socorrendo. A Mesa está cumprindo o que diz a resolução. Mesmo que o projeto tivesse sido aprovado in totum, sem emen-

das, ele teria que voltar à Comissão porque a redação final do Projeto Orçamentário é feito junto, é votado e examinado e feito junto em terceira discussão.

Não existe redação final no projeto orçamentário. Quando voltar à Mesa já volta com a redação final pronta.

O SR. ENÉAS FARIA — Se me permite V. Exa., eu concluiria, o que entendo da atitude que está sendo tomada, respaldado. . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Eu não estou escutando nada do que V. Exa. está falando.

O SR. ENÉAS FARIA — Não fui eu quem instalei o som na Casa, Sr. Presidente, e também não tenho vocação para segurar o microfone.

Sr. Presidente, o procedimento que a Mesa adota, a tranquilidade estampada no semblante da liderança da Arena, é preciso, Sr. Presidente, que seja convertido naquilo que realmente ocorre. A manobra que se processa, neste momento, para que o Orçamento e o Projeto 112, de Orçamento não seja aprovado pela Casa, ocorra o decurso do prazo para que assim as atitudes proclamadas pela maioria, as atitudes adotadas pela Maioria neste momento e nesta Casa não sejam materializadas. Portanto, o que ocorrerá e o que estamos denunciando neste momento, é uma manobra da bancada governista nesta Casa, de que o Orçamento no decurso do prazo daqui não saia e ocorra a sanção.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. está completamente equivocado. A decisão é da Mesa e está escrito. Vou ler novamente para a Casa o que diz o artigo 10.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa. está satisfeito mas eu não estou.

O artigo 10 diz o seguinte: "Concluída a segunda votação, projeto e emendas aprovadas serão devolvidos à Comissão que o redigirá no prazo de cinco dias, de acordo com o ponto de vista vencedor para terceira e última votação". Foi alterada a redação do projeto. Mesmo que não tivesse sido alterada teria que ir à Comissão de Orçamento para dar a redação final. Portanto a Mesa está enviando e vai enviar à Comissão de Orçamento que terá o prazo de até cinco dias para devolvê-lo à Mesa. É a decisão da Mesa, baseada no que diz o nosso Regimento Interno da Casa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, e desde já, Sr. Presidente, seria bom conclar à responsabilidade do Presidente da Comissão de Orçamento e de seus membros, para que em prazo hábil devolva a este Plenário a oportunidade de aprovar o projeto de Orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa não pode conclar ninguém. À Comissão deu até o prazo que queira, para devolver à Mesa, ao Plenário o projeto.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 237/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 354/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de IRATI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES e a 2.<sup>a</sup> COMPANHIA POLICIAL DO 1.<sup>o</sup> BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR, daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 238/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 367/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de IBIPORÃ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL OLAVO BILAC, daquele Município. Parecer

favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 376/76, Mensagem 111/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 240/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23/08/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 376/76

A presente Proposição 376/76, oriunda da Mensagem Governamental 111/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Janiópolis, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 377/76, Mensagem 112/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de RESERVA, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA LOCAL, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 241/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 28 de julho de 1976, entre o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Reserva, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROPOSIÇÃO NÚMERO 377/76

#### PARECER

Encaminhada pela Mensagem Governamental 112/76, a presente Proposição 377/76, tem por objetivo o referendo desta Casa ao termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de RESERVA, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Senhor Governador do Estado, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se o convênio celebrado, através das suas cláusulas, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município de RESERVA.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO GRANZOTTO, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Depuado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pelo Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que seja prorrogado convenientemente o prazo, estabelecido para os empregadores rurais, para o pagamento das cotas previstas na lei número 6.260/75.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando dispensa de pauta para os Projetos de Resolução números 246/76, 255/76, 264/76, 265/76, 266/76, 267/76, 268/76, 269/76, 270/76, 271/76 e 272/76.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando providências urgentes do Sr. Governador do Estado, com referência ao abuso que vem cometendo o Sr. Diretor Geral da SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS, aumentando duas horas e meia os serviços semanais, sem qualquer remuneração extra, aos funcionários da referida Secretaria.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 237/76 e 238/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 240/76 e 241/76.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264,

265, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 272/76.

e marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 26, às 10,00 horas com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 131/75 e 109/76 de Resolução números 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230 e 231/76.

Levanta-se a sessão.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### OITAVA LEGISLATURA

#### SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro, do ano de hum mil novecentose setenta e seis, às quinze hotas e trinta minutos, na Sala das Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Dep. Accioly Neto e presentes os Srs. Deputados: Dácio Leonel, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Lineu Turra e Jorge Sato, bem como o Sr. Assessor, Laertes Luiz Foggatto. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Na Hora do Expediente foi apresentada a seguinte matéria. 1) PROJETO DE LEI 120/76, do dep. Ezequias Losso. Declara de utilidade pública a entidade Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil, desta Capital. Distribuído ao Dep. Deni Schwartz, em 19.10.76. 2) PROJETO DE LEI 121/76, do dep. Wilson Fortes. Denomina Distrito de Graciosa, o atual distrito de Catarinense, ao município de Paranavaí. Distribuído ao Dep. Dácio Leonel, em 19.10.76. 3) PROJETO DE LEI 122/76, do dep. Maurício Fruet, Declara de utilidade pública o Camping Clube do Brasil, Secretaria Regional do Paraná. Distribuído ao dep. Ivan Rüppel, em 20.10.76. 4) PROJETO DE LEI 123/76, do Poder Executivo. Mensagem 130/76, encaminhando anteprojeto de lei que denomina Grupo Escolar Profa. Isabel Lopes Santos Souza, o atual Grupo Escolar de Pinheiro, nesta Capital. Distribuído ao Dep. Gilberto Carvalho, em 20.10.76. 5) PROPOSIÇÕES 399/76, 400/76, 401/76, 402/76, 403/76, 404/76, 405/76 e 406/76, de autoria do Poder Executivo. Mensagens encaminhando cópias de convênio celebrados com diversos municípios do Estado, para fins que especifica. Distribuído aos diversos Setores da Comissão. Em atenção ao ofício da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, ficou decidido que a presença do funcionário Lineu Ratton será marcada para a segunda quinzena do próximo mês. A seguir passou à ORDEM DO DIA com os processos: 1) PROJETO DE LEI 107/76, do dep. Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo dispensar do pagamento de juros e correção monetária os comerciantes em atraso com o ICM, que saldarem seus débitos no prazo de trinta dias, a partir da vigência desta Lei, Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI 121/76, do dep. Wilson Fortes. Passa a denominar-se Distrito de Graciosa, o Distrito de Catarinenses, no município de Paranavaí. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer no sentido que seja convertido em diligência junto ao Autor, para atender legislação em vigor. Deferido. 3) PROPOSIÇÃO 385/76, do Poder Executivo, Ofício encaminhando Veto ao Projeto de Lei número 44/76, do deputado Enéas Faria. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL ao veto. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI 396/76, do Poder Executivo. Mensagem 127/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Amaporã, para controle da Erosão. Relator Dep. Dácio Leopel. Parecer FAVORÁVEL

ao veto. APROVADO.— 4), — PROPOSIÇÃO 396/76, do Poder Executivo. Mensagem 127/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de AMAPORÃ, para controle da Erosão. Relator. Dep. Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. APROVADO. 5) — PROPOSIÇÃO 397/76, do Poder Executivo. Mensagem 128/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA ESPERANÇA para controle da erosão urbana. Relator Dep. Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, marcando outra para o próximo dia dezoito de novembro. Lavrei a presente A T A que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão . . . . .

aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 223/76.

DATA: 19 de Novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de Icaraima, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 97/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 23 de julho de 1976, ao Convênio celebrado em 9 de Junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão do Paraná — SUCEPAR, e o município de ICARAÍMA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 210/76.

DATA: 19 de Novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de RIBEIRÃO DO PINHAL, com objetivo que especifica. (Mensagem número 68/76, do Poder Executivo).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de RIBEIRÃO DO PINHAL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Ribeirão do Pinhal, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO NÚMERO 209/76.

DATA: 19 de Novembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de CAMPO MOURÃO, com objetivo que especifica. (Mensagem 86/76, do Poder Executivo).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, e o município de CAMPO MOURÃO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/11/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE